

METRÓPOLE E LUTA: POR UMA MODERNIZAÇÃO SEM EXCLUSÃO

Catia Antonia da Silva¹
Felippe Andrade Rainha²

Resumo

Ao refletirmos o espaço urbano-metropolitano, chegamos à consciência de que este pode ser apreendido como um espaço em intensa reconstrução e de grande dinamicidade, onde esses processos se dão através da atuação dos diferentes sujeitos e em diferentes escalas. Dessa forma, a metrópole é caracterizada como expressão da modernidade, fonte concentradora de novas formas culturais e geradora de tecnologias. É também auto-reprodutora de suas contradições, as quais são provenientes das diversas formas de acumulação de riquezas geradas pelos sujeitos (atuantes nesse espaço) e seu trabalho, mesmo que estes antecedam a própria formação da metrópole.

Este trabalho visará promover uma discussão a respeito da reprodução do trabalho no espaço metropolitano fluminense, o qual, ao longo dos últimos anos, vem sendo um importante alvo de investimentos técnicos e financeiros. Traremos também a discussão referente as formas seculares de trabalho (rugosidades), as quais se fazem presentes ao longo de todo território da metrópole e que cada vez mais ganham representatividade por meio de suas reivindicações e da consolidação de seus próprios movimentos sociais, dando uma maior ênfase para o caso da pesca artesanal.

Palavras chaves: Dinâmica Urbana; redes e transporte.

¹ Prof^a. Dr^a. do Departamento de Geografia da UERJ/FFP. E-mail: catia.antonio@gmail.com

² Bolsista TCT / FAPERJ da UERJ/FFP / Professor e Bacharel em Geografia – trovadorffp@gmail.com

É comum identificarmos, nos espaços metropolitanos, realidades traçadas de maneira díspar e que retratam fielmente o sentido de uma lógica econômica contemporânea global. A supressão das rugosidades e o enaltecimento da inovação e da modernização surgem atrelados a justificativa do desenvolvimento e da geração de riqueza em prol de toda a sociedade. Porém, como conceber um desenvolvimento que vem com o propósito centralizador, ou seja, contemplando somente postos específicos do mercado de trabalho dessas metrópoles?

A metrópole do Rio de Janeiro³ possui, segundo o Censo 2010 realizado pelo IBGE, uma população total de 11.212.753 habitantes. Desse número de habitantes 28,3% se encontram empregados, totalizando 3.176.895 pessoas ocupadas em todo território metropolitano⁴. Seu núcleo metropolitano, ou seja, o município do Rio de Janeiro possui no setor de serviços sua principal geração de PIB, com mais de 103 milhões de reais produzidos no ano de 2008⁵.

Entretanto, a Indústria Naval Brasileira vem recebendo importantes investimentos ao longo dos últimos 8 anos, os quais totalizam 17 bilhões de reais distribuídos em 406 projetos ligados, principalmente, a atividade petroleira. Para o início do governo de Dilma Rousseff, já serão injetados mais 12 bilhões de reais, os quais serão direcionados a 165 projetos como expansão de estaleiros, fabricação de novos navios, etc. No Rio de Janeiro esta realidade não é diferente. Segundo o Jornal do Brasil, o crescimento do setor no estado, entre 2000 e 2009 é de mais de 800%, empregando (aproximadamente) 20 mil trabalhadores atualmente.

É evidente, também, que todos esses investimentos e projetos destinados a impulsionar a Indústria Naval Brasileira surgem no intuito de fazer com que o Rio de Janeiro cresça a partir da montagem e esquematização da logística do petróleo na região e de um dos principais portais de exportação (senão o principal) existentes no Brasil.

³ É importante lembrar que o conceito de metrópole se diferencia do de região metropolitana, haja vista que no primeiro é levada em consideração a vida de relações existentes entre os municípios que a compõe, sendo que, no segundo conceito o que se torna preponderante para sua definição é o planejamento de governo para estes municípios. Portanto, segundo nossa pesquisa, a Metrópole do Rio de Janeiro é composta por: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti;

⁴ Fonte: IBGE Cidades / Censo 2010 - www.ibge.gov.br/cidadesat;

⁵ Fonte: IBGE Cidades - www.ibge.gov.br/cidadesat. Consulta ao Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Para ambas as atividades a Baía de Guanabara vem com um papel importante, ou seja, a de área de trânsito para as grandes embarcações.

A região da Baía de Guanabara se encontra situada entre as latitudes de 22° 40' e 23° 00' S e as longitudes de 43° 00' e 43° 18' W e apresenta uma bacia hidrográfica que ocupa uma área de, aproximadamente, 4.600 km² (Mayr, *apud* Barros, 2005). Ainda, no que se refere à configuração da Baía de Guanabara, Barros (2005) completa:

A Baía de Guanabara se estende por 28 km no sentido norte-sul e até 27 km de largura (leste-oeste), tendo um perímetro de 130 km. Um canal central com mais de 20 km de comprimento por 4 km de largura se estende desde a entrada da baía até o seu interior, com profundidade variando entre 15 e 20 metros. (Barros, 2005)

Apesar de possuir uma grande área, o trânsito da Baía de Guanabara, hoje em dia, se encontra saturado devido o elevado número de embarcações (sejam elas de pequeno, médio e grande porte) o que vem causando um imenso transtorno aqueles que se fazem presentes nesse espaço há centenas de anos. Falo aqui dos pescadores artesanais.

Para se ter uma idéia a pesca artesanal se faz presente no território da Baía de Guanabara há, aproximadamente, 8.000 anos com sua prática feita pelos primeiros povos habitantes da região (www.portalbaiadeguanabara.org.br). Os índios, com suas técnicas artesanais, sempre garantiam o alimento de seus povos a partir da pesca abundante que as águas da baía lhes proporcionavam.

Com o passar do tempo, as técnicas artesanais elaboradas pelos índios foram adaptadas, principalmente, a partir do processo de colonização que a região sofreu no início do século XVI. A tradição pesqueira trazida com os europeus no período colonial auxiliou no uso de técnicas artesanais mais eficazes e que garantiriam a produção de uma maior quantidade de pescado para a população que ia crescendo e se estabelecendo as margens da Baía de Guanabara.

A partir daí, a atividade da pesca foi possibilitando o surgimento de vilas e comunidades (ao longo do litoral da Baía de Guanabara) ligadas diretamente a essa prática, desencadeando assim uma melhor organização e distribuição da atividade na região, além de auxiliar na difusão do conhecimento relativo a essa modalidade de pesca.

Ao longo dos séculos, as áreas de pesca pouco acompanharam a modernização de suas áreas vizinhas, conservando assim, suas formas, principalmente, no que se refere à reprodução das técnicas de trabalho. Assim, identificar a pesca artesanal na metrópole fluminense é fazer um exercício de percepção de uma forma secular inserida numa forma que representa a “expressão da modernidade” e de proporção muito maior. Esta rugosidade, como diria Milton Santos (1996), retrata, portanto, uma classe de trabalhadores que ainda cultivam um modo de vida e de trabalho que são bastante diferentes do ritmo metropolitano, o ritmo veloz e feroz.

Dessa forma, os pescadores artesanais, se tornam invisíveis perante os olhos dos demais cidadãos metropolitanos. Os costumes diários do pescador como reproduzir suas relações sociais nas proximidades da comunidade onde reside ou, por exemplo, devido seu horário de trabalho ser diferente da grande maioria dos outros trabalhadores metropolitanos (geralmente durante toda a madrugada) e até mesmo o preconceito e o estigma que a sociedade impõe a sua figura, tudo isso contribui para que a referida classe se encontre a margem dos projetos de modernização e desenvolvimento que eclodem na metrópole fluminense, bem como na Baía de Guanabara.

A realidade descrita anteriormente vem trazendo alguns contratempos aos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, dentre os quais podemos citar as áreas de exclusão. Essas áreas existem para justificar a proibição de qualquer tipo de atividade pesqueira em um raio que varia de 200 a 500 metros de qualquer embarcação de grande porte fundeada na Baía de Guanabara, de estruturas pertencentes à indústria do petróleo e/ou naval (como dutos, píeres, etc.) ou áreas militares.

Com isso o pescador artesanal se vê obrigado a buscar novas áreas para exercer sua atividade. Porém, toda essa situação gera um grave problema devido, principalmente, aos poucos recursos que possuem, já que suas embarcações são pequenas e não tem estrutura para navegar em mar aberto. Por conseguinte, tais pescadores são obrigados a realizar suas atividades em áreas de fundo e próximas as margens da baía, ou seja, onde se encontra menores quantidades de pescado. Além disso, o aumento da concorrência entre os pescadores também merece devida atenção, pois estes, agora, têm que se concentrar em áreas menores e disputar “peixe a peixe” com seus companheiros de profissão.

Entretanto, a classe também tem que conviver com uma grave realidade a qual vem provocando a degradação de todo o ecossistema da baía, ou seja, a poluição. Todos

os dias, toneladas e mais toneladas de resíduos (sólidos e solúveis) são despejados nas águas da Baía de Guanabara. Estima-se que, os municípios ao redor da baía, despejam 70% de seu esgoto⁶ nas águas da mesma, desencadeando inúmeros problemas para a fauna, a flora e para os que dependem desse ambiente para a reprodução de seu trabalho. A produção de resíduos sólidos pela metrópole fluminense também é um fator preocupante, pois são gerados todos os dias cerca de 13.600 toneladas desses resíduos sendo que boa parte dessa quantia não recebe a destinação final adequada.

Produção e percentual de coleta dos resíduos produzidos pela Metrópole do Rio de Janeiro		
Municípios	Geração de Lixo (t/dia)	Índice de Coleta (%)
Belford Roxo	375	88,42
Duque de Caxias	750	88,95
Guapimirim	20	78,39
Itaboraí	110	60,05
Magé	130	84,05
Mesquita	95	98,91
Nilópolis	125	99
Niterói	750	96,92
Nova Iguaçu	1.000	87,15
Rio de Janeiro	9.089	98,87
São Gonçalo	870	91,19
São João de Meriti	300	97,7
Total	13.614	-

Fonte: Consórcio Ecologus-Agrar, 2005 / LIMA - Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente / PETROBRAS

Além da poluição causada pelos resíduos domésticos, a Baía de Guanabara também sofre com a produzida pelas indústrias, principalmente, aquelas ligadas a atividade petrolífera. Segundo o site do GEAMA (Grupo Executivo de Ações de Meio Ambiente) da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, uma quantidade elevada de desastres ambientais envolvendo embarcações ou estruturas petroleiras acontecem anualmente no ambiente da baía. Para se ter uma idéia, num dos grandes desastres que aconteceu na referida área, pelo menos 800 toneladas de óleo vazaram de um duto da refinaria de Duque de Caxias no ano 2000, se espalhando por cerca de 40 km². Tal episódio ainda pode ser sentido em alguns pontos da Baía de Guanabara, pois não

⁶ Fonte: Movimento Cyan - <http://movimentocyan.com.br/home/revista-cyan>

somente a morte de várias espécies ficou constatada, mas também houve a destruição das condições de vida de algumas outras, em locais específicos da baía.

Compreender a Baía de Guanabara da maneira como a pesca artesanal a compreende é entender que a mesma é o local do fazer da atividade, é condição de trabalho e, acima de tudo, força produtiva para os pescadores artesanais. Dessa forma, os inúmeros problemas que se estendem por seu território vêm cotidianamente impedindo os pescadores de exercerem um de seus direitos garantidos pela constituição nacional, ou seja, o direito ao trabalho.

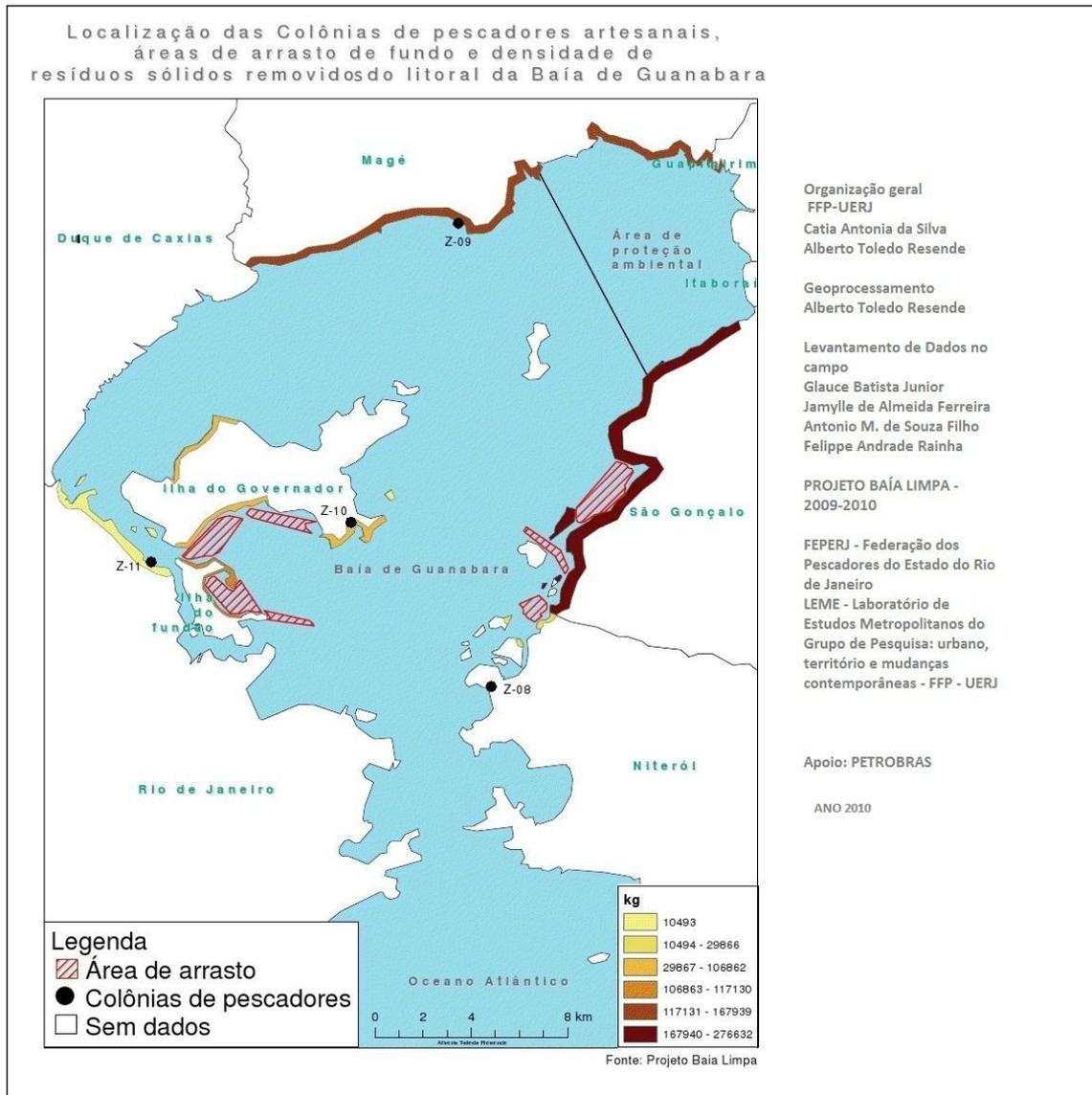
Cabe ao Estado promover condições suficientes para que todos os cidadãos sejam tratados de maneira igualitária e justa para a obtenção de uma ocupação que garanta, para si, uma oportunidade produtiva. Sendo assim, o Estado é quem deve garantir aos seus cidadãos o direito ao trabalho e, dessa maneira, promover as condições necessárias para tornar efetivo esse direito, não importando, de nenhuma maneira, a sua orientação ideológica e/ou cultural. Porém, o que é perceptível aos nossos olhos são os inúmeros investimentos e projetos que são elaborados para a promoção dos grandes projetos de desenvolvimento existentes e dependentes da Baía de Guanabara, em detrimento da manutenção da atividade pesqueira artesanal nas águas da mesma.

Contudo, a organização da classe dos pescadores artesanais nos últimos anos contribuiu para a mesma ganhar notoriedade no cenário metropolitano fluminense e também em âmbito nacional.

A parceria entre a FEPERJ (Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro) e a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) rendeu discussões e a consolidação do Projeto Baía Limpa. Este projeto, que ainda contava com o apoio financeiro da PETROBRAS, veio com o intuito de mensurar, qualificar e mapear os resíduos sólidos existentes na Baía de Guanabara. Além disso, o projeto auxiliou o pescador artesanal metropolitano a ser um pouco mais percebido pelos outros cidadãos da metrópole, pois o projeto tinha uma boa divulgação, principalmente nas proximidades das áreas de coleta dos resíduos.

Metrópole e luta: por uma modernização sem exclusão

Catia Antonia da Silva; Felipe Andrade Rainha



O Projeto Baía Limpa teve a duração de 1 ano e contemplou mais de 1.000 pescadores artesanais, os quais desempenhavam as funções que a equipe técnica do projeto ordenava. Estes pescadores recebiam semanalmente um valor específico para executar as funções que lhes cabiam dentro da metodologia do projeto. Sendo assim, o Projeto Baía Limpa contribuiu também para a melhoria da renda mensal de milhares de famílias de pescadores artesanais durante suas atividades.

Portanto, o projeto descrito anteriormente, serve como um exemplo de trabalho e de luta dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara por uma igualdade de direitos. A necessidade de se repensar a maneira como está sendo conduzido o desenvolvimento de nosso estado é extremamente alta, pois se por um lado milhares de empregos são gerados, pelo outros milhares de famílias se encontram em dificuldade

para garantir seu sustento. Pensar em desenvolvimento igualitário talvez seja uma utopia, mas pensar em um desenvolvimento mais justo pode ser uma realidade.

Considerações finais

En la modernidad el proceso de transformación derivado del modelo de desarrollo depende de una expansión, nunca antes vista, de la capacidad productiva a través de la elevación de los promedios de productividad por trabajador que permitan promover las condiciones para favorecer un crecimiento notable de la acumulación. (GALAFASSI, 2005)

Nas referências de Guido Galafassi (2005) em seu livro “ Natureza, sociedade y alienacion”, a compreensão das mutações da sociedade e seu rebatimento espacial, numa perspectiva de que o espaço em produção, uma vez produzido passa a interferir nas relações sociais. Tudo isso analisado numa compreensão de totalidade e de complexidade que se relaciona naquilo que Soja (1993) denomina de “dialética sócio-espacial”, o que se relaciona com a forma de produção econômica e social aos moldes de capitalismo onde tudo e todos passam a sofrer os impactos de uma sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001) sob a promessa da modernidade (BERMAN, 1986). Nessa modernidade há uma promessa de viver a experiência, experiência do tempo e do espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e dos perigos da vida. Vida compartilhada, experiências fragmentadas, experiências metropolitanas onde se têm acesso às modernizações, tecnologias e objetos, acesso como vitrine, nem sempre como não acesso real, daí a existência das fragmentações sociais.

Nesse processo de modernização a natureza aparece como cenário – o rio, que nele tudo pode ir – não se sabe para onde vai: o lixo, o esgoto, o corpo, sabe-se Deus. Esta é a promessa de um progresso infinito, uma promessa de desenvolvimento. Mas a compreensão das metrópoles em países periféricos do capitalismo remete-nos a identificar os limites da modernidade e da modernização. Nessas metrópoles, a história do lugar, dos homens lentos, das classes populares é violentamente destruída em nome da industrialização e da urbanização. Comunidades, como a dos pescadores são rapidamente comparada *geografía física do urbano*, ou seja, somente o estudo das morfologias, por isso rapidamente denominadas de favelas, sem compreensão da História dos lugares e das personas. A Baía de Guanabara e os rios que para os

pescadores artesanais é condição de trabalho – pesca e deslocamento, na lógica do consumo e o processo de industrialização, pode ser identificada como ambiente gerador de valor – devido as diversas atividades existentes: porto, indústria naval, indústrias petroquímicas - e como local a ser permanente receptora de dejetos residenciais e industriais. A cada análise mais profundada, observa-se que os ecossistemas estão saturados por várias formas de poluição e que não suportam mais a destruição. Assim também ocorre na Baía de Guanabara, lugar de múltiplos usos da economia metropolitana e global. Se o poço artesiano não é mais possível dado o adensamento urbano e a contaminação do lençol subterrâneo, também não é possível a continuação de grande parcela da população de São Gonçalo e de outros municípios da metrópole fluminense ficar fora da rede potável de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, assim com ter coleta de lixo temporária. Assim, a promessa de urbanidade e de modernidade fica distante aos homens e mulheres comuns, gerando formas de exclusão social que não é somente material, mas psicológica, cultural e informacional que remete também ao trabalho. Assim, falar em cidadania é falar na indivisibilidade do direito à cidade, à justiça ambiental, ao trabalho, à saúde, à cultura, à educação e à vida digna.

O presente ensaio buscou demonstrar por meio de dados, alguns elementos relacionados à condição de infra-estrutura dos domicílios no contexto metropolitano, com ênfase no município de São Gonçalo, tendo como referencia as mutações postas pela urbanização, que geram novos patamares de problemas ambientais e que, violentamente, na perspectiva da destruição da natureza, dilaceram também cada vez mais as condições de trabalho de milhares de pescadores artesanais, homens, mulheres, famílias que vivem dessa atividade há várias gerações.

Referências bibliográficas

Abreu, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 1988.

Azevedo, Jorge B. de. *A estética da ruralidade nas paisagens e sua presença no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: PPGeo-UFF . Orientação: prof. Dr. Jorge Luis Barbosa, novembro de 2007. 237p.

Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia ds Letras: 1986.

Benevelo, Leonardo; *A história da cidade*; São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

Bobbio, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 207p. 8ª Edição.

Freire, Desiree G. & Denise, G. Freire. Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial: novas questões para a reflexão. In *Metrópole: Governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Galafassi, Guido. *Natureza, sociedade y alienacion*. Montevideo: Nordan, 2005.

Harvey, David; *A condição pós-moderna*; São Paulo: Editora Loyola, 1998.

Jacobs, Jane; *Morte e vida das grandes cidades*; São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Lefebvre, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, 145p.

Kowarick, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1979.

Ribeiro, Ana Clara Torres. Território usado e Humanismo concreto: O mercado socialmente necessário, in Ribeiro et al. *Formas em crise: Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: editora Arquimedes, 2005, p.93-111.

Santos, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993, 236p.

_____ *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 136p

Souza, Maria Adélia A. (orgs.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003, 610p.

Soja, Edward W. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.